

Infraestrutura escolar de apoio às aulas de Educação Física: os vestiários, banheiros e chuveiros

School infrastructure to support Physical Education classes: changing rooms, bathrooms and showers

Infraestructura escolar para apoyar las clases de Educación Física: vestuarios, baños y duchas

Rubem Barboza Ferreira Neto

Secretaria Municipal de Educação, Armação dos Búzios e Macaé, Rio de Janeiro, Brasil
rubem.barboza@rai.usc.es | <https://orcid.org/0000-0001-7095-0325>

Resumo

A temática das políticas públicas educacionais de infraestrutura escolar de apoio ao componente curricular Educação Física foi o objeto de estudo. O problema de pesquisa identificou que as escolas analisadas padecem, notadamente, pela ausência de vestiários, da inadequação dos banheiros, da insuficiência e proibição do uso dos chuveiros. O objetivo foi avaliar a política educacional de infraestrutura escolar de apoio à Educação Física (vestiários, chuveiros e banheiros) em cinco unidades públicas municipais dos anos finais do ensino fundamental de Armação dos Búzios-RJ. Adotou-se a metodologia investigativa qualitativa, com análise de conteúdo utilizada para o tratamento dos dados. Os principais resultados e inferências revelam uma infraestrutura escolar inadequada, evidenciada pela ausência de vestiários em 80% das escolas, somada à inadequação dos banheiros e à insuficiência de chuveiros, caracterizando patologias educacionais sistêmicas. Constatou-se também o fenômeno denominado de cultura escolar do não uso de vestiários e dos banheiros com chuveiros.

Palavras-chave: Políticas públicas educacionais. Infraestrutura escolar de apoio. Vestiários. Banheiros. Educação Física.

Abstract

The theme of educational public policies of school infrastructure to support the curricular component Physical Education was the object of study. The research problem identified that the schools analyzed suffer, notably from the absence of changing rooms, the inadequacy of bathrooms, and the insufficiency and prohibition of the use of showers. The objective was to evaluate the educational policy of school infrastructure to support Physical Education (locker rooms, showers and bathrooms) in five municipal public units of the final years of elementary school in Armação dos Búzios-RJ. A qualitative investigative methodology was adopted, with content analysis used for data treatment. The main results and inferences reveal an inadequate school infrastructure, evidenced by the absence of changing rooms in 80% of the schools, added to the inadequacy of bathrooms and the insufficiency of showers, characterizing systemic educational pathologies. The phenomenon called school culture of not using locker rooms and bathrooms with showers was also verified.

Keywords: Educational public policies. Support school infrastructure. Locker rooms. Bathrooms. Physical education.

Resumen

El tema de las políticas públicas educativas de infraestructura escolar para apoyar el componente curricular de Educación Física fue objeto de estudio. El problema de investigación identificó que las escuelas analizadas adolecen, notadamente, de la ausencia de vestuarios, la insuficiencia de baños y la insuficiencia y prohibición del uso de duchas. El objetivo fue evaluar la política educativa de infraestructura escolar para apoyar la Educación Física (vestuarios, duchas y baños) en cinco unidades públicas municipales de los últimos años de la escuela primaria en Armação dos Búzios-RJ. Se adoptó una metodología de investigación cualitativa, con análisis de contenido utilizado para el tratamiento de los datos. Los principales resultados e inferencias revelan una infraestructura escolar inadecuada, evidenciada por la ausencia de vestuarios en el 80% de las escuelas, sumado a la insuficiencia de baños y la insuficiencia de duchas, caracterizando patologías educativas sistémicas. También se verificó el fenómeno llamado cultura escolar de no usar vestuarios y baños con duchas.

Artigo recebido em: 24/01/2025 | Aprovado em: 03/10/2025 | Publicado em: 10/10/2025

Como citar:

FERREIRA NETO, Rubem Barboza. Infraestrutura escolar de apoio às aulas de Educação Física: os vestiários, banheiros e chuveiros. *Pesquisa e Debate em Educação*, Juiz de Fora: UFJF, v. 15, p. 1-15, e47215, 2025. ISSN 2237-9444. DOI: <https://doi.org/1034019/2237-9444.2025.v15.47215>.



Esta revista está licenciada sob a licença Creative Commons Attribution 4.0 International License (CC BY 4.0).

Palabras clave: Políticas públicas educativas. Apoyar la infraestructura escolar. Vestuarios. Baños. Educación física.

1 Introdução

Reconhecer a importância das políticas educacionais de *infraestrutura escolar (IE) de apoio* às aulas do componente curricular Educação Física (EF), a presença e o pleno funcionamento de itens como vestiários, banheiros e chuveiros, é cumprir o Art. 206 da Constituição Federal de 1988 (CF), que estabelece que o ensino deve ser assegurado a partir de princípios, como o consagrado no parágrafo VII - *garantia de padrão de qualidade* (Brasil, 2018). No entanto, alguns recursos da IE tradicional apresentados no *Censo da Educação Básica 2019*, que possuem relação direta com a prática pedagógica da EF, como quadra de esportes (coberta ou descoberta); material para prática desportiva e recreação; e pátio (coberto ou descoberto), não serão alvo de análise na presente investigação (Brasil, 2020; Ferreira Neto, 2017; Jeber, 1996; Silva, 2019).

Logo, embora se reconheça a relação da referida IE de apoio junto à EF, esta transcende o componente curricular, consolidando-se em um contexto maior — o da educação pública — para assegurar o que preconiza o artigo 205 da CF: “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania” (Brasil, 2018, p. 160). Portanto, o mote a ser aprofundado trata da efetividade e implementação das *políticas educacionais de IE de apoio* à EF: vestiários, banheiros e os chuveiros (Batista, 2008; Costa, 2015; Ferreira Neto, 2017; Jeber, 1996; Mendel, 2023; Oliveira, 2020; Rochael, 2020; Santos, 2019; Scherer, 2000; Silva, 2019; Silva, 2021).

No Brasil, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [Inep] (Brasil, 2020) é referência na avaliação da IE. Os dados do *Censo da Educação Básica* revelam importantes recursos disponíveis na IE do ensino fundamental, como banheiros. Contudo, destacam-se a ausência de vestiários e a imprecisão sobre a existência de chuveiros como IE de apoio à EF (Brasil, 2020).

Para melhor compreensão da temática IE, é fundamental estabelecer o seu conceito como categoria teórica. No campo das políticas públicas educacionais e como área temática das Ciências Sociais, a literatura define o termo *infraestrutura escolar* relacionando-o com a EF. Alves e Xavier (2018) apresentam um conceito polissêmico de IE, que transcende a arquitetura escolar, os espaços educativos e administrativos, os equipamentos e demais expedientes educacionais. Outros estudos relacionam a infraestrutura ao ambiente físico escolar (Soares Neto et al., 2013) como fonte de estímulo para a aprendizagem. Por sua vez, Damazio e Silva (2008) relacionam os espaços físicos e as instalações com a prática da EF.

Este estudo justifica-se por pressupostos epistemológicos de relevância científica (ineditismo), sociocultural (saúde pública), profissional e pedagógico. No âmbito científico, devido à ausência de estudos que relacionem as *políticas educacionais de IE de apoio* à EF, como vestiários, banheiros e chuveiros. No aspecto sociocultural e de saúde pública, porque o uso de vestiários contribui, como Ferreira Neto (2017) salienta, para a incorporação de hábitos saudáveis e de uma cultura de cuidados pessoais com a higiene corporal antes e após as aulas de EF - ensinamentos que perduram por toda a vida. No aspecto profissional e pedagógico, ressalta-se a valorização do ensino quando alunos e professores

dispõem de uma IE organizada e adequada, com uso efetivo de vestiários e banheiros com chuveiros. O problema de pesquisa evidencia as falhas na administração das escolas públicas municipais quanto às políticas educacionais de IE de apoio à EF, destacando a ausência, a subutilização e a prevalência de uma cultura escolar do não uso dos vestiários, a inadequação dos banheiros, a insuficiência e proibição do uso dos chuveiros durante as aulas de EF.

É importante destacar o contraste entre ausência e presença de literatura nas bases de dados pesquisadas. Apesar do uso dos descritores - infraestrutura escolar, vestiários, chuveiros, banheiros e Educação Física escolar, não foram encontrados resultados na base de dados do Dialnet da Universidad de La Rioja (Espanha), no Portal de Periódicos da CAPES (Brasil) e no ERIC - Centro de Informações sobre Recursos Educacionais, do Institute of Education Science (EUA). Por outro lado, foram encontrados 28 estudos, principalmente dissertações de mestrado, nos Repositórios Institucionais das Universidades Federais - de Juiz de Fora (UFJF), Minas Gerais (UFMG), Sergipe (RI/UFS), Rio Grande do Sul (UFRGS/LUME), Estadual Paulista (UNESP), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e no Google Acadêmico.

Embora a *IE de apoio* tenha sido investigada no contexto micro da EF, este estudo busca revelar a sua importância no contexto macro da educação pública. Nesta perspectiva, emerge a seguinte questão de pesquisa: como se encontra a *infraestrutura escolar de apoio* (vestiários, chuveiros e banheiros) das unidades públicas municipais dos anos finais do ensino fundamental de Armação dos Búzios-RJ? Esta pesquisa integra um estudo maior - uma tese de doutoramento intitulada “*Entre o sonho e a realidade: o ‘status quo’ da Educação Física escolar brasileira*”, defendida na Universidade de Santiago de Compostela (USC), Espanha.

O artigo está estruturado da seguinte forma: após esta introdução, apresenta-se a revisão de literatura sobre a epistemologia da política educacional de *infraestrutura de apoio às aulas de Educação Física* na escola pública. A terceira seção detalha a metodologia utilizada. Na quarta seção, desenvolve-se a análise dos resultados e sua discussão à luz da literatura, seguida das conclusões. O objetivo do estudo foi avaliar a política educacional de infraestrutura escolar de apoio à Educação Física (vestiários, chuveiros e banheiros) nas escolas públicas municipais dos anos finais do ensino fundamental de Armação dos Búzios-RJ.

2 Referencial teórico

A Constituição Federal (CF), como baliza norteadora, estabelece a garantia de padrão de qualidade na educação (Brasil, 2018). A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nos artigos 74 e 75, reforça o padrão mínimo de oportunidades educacionais (o ensino) a ser perseguido em regime tripartite pela União, os Estados e Municípios (Brasil, 1996). O Plano Nacional de Educação 2014 (PNE), com a estratégia 7.18 da Meta 7 (Brasil, 2014), de acordo com Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura [UNESCO] (2019, p. 19), “sintetiza os itens de infraestrutura a serem observados nas escolas públicas de educação básica”. Este importante arcabouço normativo (CF, a LDB e o PNE) reúne as principais diretrizes sobre a IE do país (UNESCO, 2019) e representa um marco legal robusto da educação brasileira. A partir desse referencial, analisou-se a conformidade dos vestiários e banheiros com chuveiros nas escolas municipais.

Os microdados do Censo Escolar 2024 indicam que, entre os recursos de IE nos anos finais do ensino fundamental que auxiliam a EF, o banheiro ou vestiário com chuveiro está presente em 45,23% das escolas brasileiras. Entre os estados da federação, destaca-se o Rio de Janeiro com a maior porcentagem - 73,04% (Brasil, 2025). Ademais, o Censo Escolar 2024 informa que 100% das escolas públicas municipais dos anos finais do ensino fundamental de Armação dos Búzios-RJ possuem banheiros dentro da escola (Portal QEdu, 2024). No entanto, esses dados não fornecem informações mais precisas sobre a IE de apoio à EF, como vestiários e chuveiros.

A prevalência de uma cultura nas escolas de não utilização dos vestiários e chuveiros (Costa, 2015) é indissociável e inequívoca de um contexto de ensino com uma infraestrutura inadequada (Batista, 2008), resultando na evasão da prática pedagógica da EF (Rochael, 2020; Mendel, 2023). Essas disfunções nos sistemas públicos de ensino são evidenciadas por Batista (2008), Costa (2015), Oliveira (2020), Rochael (2020), Scherer (2000), Silva (2019) e Silva (2021), através de: (1) vestiários insalubres; (2) subutilização de vestiários; (3) subutilização de banheiros; (4) ausência de chuveiros, insuficiência de banheiros e as reduzidas dimensões dos vestiários; e (5) ausência de vestiários e banheiros.

A presença ou ausência de vestiários como IE de apoio, seja no contexto das aulas de EF ou como IE, possui sustentação teórica (Batista, 2008; Costa, 2015; Ferreira Neto, 2017; Jeber, 1996; Mendel, 2023; Oliveira, 2020; Rochael, 2020; Santos, 2019; Scherer, 2000; Silva, 2019; Silva, 2021). Silva (2019) relacionou o uso do vestiário à EF, destacando a presença de dois vestiários insalubres, com mau cheiro e sem material higiênico (papel e toalhas), em uma escola de cidade pequena do interior do Estado do Rio de Janeiro.

Costa (2015) identificou a prevalência de uma cultura de não utilização dos vestiários e chuveiros em três escolas públicas municipais (anos iniciais do ensino fundamental) de Florianópolis-SC. A precarização devido à ausência de manutenção (portas quebradas, excesso de umidade e exposição de rede elétrica), insuficiência e depredação dos chuveiros — associados ao vandalismo — levam a subutilização e desativação dos vestiários, que acabam sendo usados como depósito (de sucatas, materiais de EF, boxes com entulhos). De forma similar, Silva (2021) constatou, em uma escola pública municipal de tempo integral em Teresina-PI, a subutilização e desativação da IE de vestiários do complexo da quadra esportiva, onde “os banheiros estão desativados e sendo utilizados apenas como depósito de material de limpeza” (Silva, 2021, p. 103-104). Ao passo que Ferreira Neto (2017) identificou variações quanto à ausência, presença, proibição e subutilização da infraestrutura de vestiários durante as aulas de EF nas escolas públicas municipais dos anos finais do ensino fundamental de Armação dos Búzios-RJ. Diretores e professores de EF de três escolas apontam a ausência de vestiários, como evidenciado pelo relato de uma diretora: “O aluno sai da aula e não tem um vestiário para tomar banho para voltar para a sala” (Ferreira Neto, 2017, p. 97). A subutilização dos vestiários foi ainda mais acentuada devido às aulas ocorrerem fora da escola, numa praça pública, conforme descreve um professor: “Há um vestiário que virou um depósito, porque como a quadra é próxima, mas fora da escola, essa utilização do vestiário ficou inviável, e aí acabou se tornando um depósito, ele não é utilizado” (Ferreira Neto, 2017, p. 97).

Jeber (1996) identificou diferentes IE de apoio que ofereciam vestiários para a EF no ensino fundamental, da 5^a a 8^a série, em três escolas públicas municipais da cidade de Belo Horizonte-MG. A escola com infraestrutura *adequada* possuía dois grandes vestiários (masculino e feminino), com dez chuveiros coletivos e abertos, além de todo o aparato interno (cabides, bancadas, pias, vasos sanitários com lixeira, espelho e mictório). A escola com *condições médias* tinha dois vestiários pequenos. Já a escola “C”, possuía uma IE física desfavorável.

Mendel (2023) buscou compreender os motivos que levavam os alunos do 9^º ano de uma pública municipal de Orizânia-MG a recorrerem à evasão das aulas de EF. A escola possui uma ampla infraestrutura; a quadra poliesportiva abriga, em suas dependências, os vestiários e dois banheiros. Infere-se que a evasão das aulas, não está relacionada com a IE, mas, sim à hegemonia dos conteúdos de ensino. Assim como Mendel (2023), Rochael (2020) buscou compreender, em uma escola estadual de Belo Horizonte-MG, as razões para a não participação de alunas nas aulas de EF. Constatou-se que fatores como ausência e insuficiência de chuveiros e as dimensões reduzidas dos vestiários são fatores que agravam o fenômeno dos afastamentos das alunas das aulas.

Diversos estudos analisaram as condições de IE de apoio dos *banheiros* à EF, demonstrando consonância quanto à *precarização e inadequação* desses espaços (Batista, 2008; Costa, 2015; Ferreira Neto, 2017; Santos, 2019; Oliveira, 2020; Rochael, 2020).

Costa (2015) aponta que a desativação e subutilização dos banheiros nos vestiários escolares resultam de um processo de precarização, caracterizado pela falta de manutenção, insuficiência e depredação de chuveiros, vandalismo, ausência e portas quebradas ou ausentes nos boxes, excesso de umidade, exposição da rede elétrica, dimensões reduzidas e por fim, alegação de condições inadequadas para banho. Em perspectiva similar, Batista (2008) analisou o binômio saúde e qualidade de vida no ambiente de trabalho docente (sobretudo de EF) em duas escolas municipais do Rio de Janeiro, constatando a inadequação da IE de banheiros: “sem condições de higiene são algumas das evidências da desvalorização da escola e do público, de maneira geral” (Batista, 2008, p. 48). Santos (2019), por sua vez, ao estudar a implementação da política de educação em tempo integral em uma escola de ensino do interior do Ceará-CE, verificou que a IE de banheiros e chuveiros era inadequada para atender aos alunos em período integral, com condições precárias de uso, constituindo um entrave à implementação da política educativa.

Oliveira (2020) percebeu que, nas escolas estaduais de Fortaleza-CE, o *vestiário e/ou banheiro* estava presente em 11 unidades (84,6%). Embora o banho fosse permitido em algumas escolas, todavia, em outras, a precarização impossibilitava essa autorização. O excerto trazido por Rochael (2020) é revelador, pois a ausência de infraestrutura nos banheiros (de chuveiros e na dimensão), a precarização e a insegurança comprometem a privacidade das alunas ao trocar de roupa: “É muito estreito é muito difícil e não tem tranca na porta. Direto eu estou trocando de roupa e alguém abre a porta” (Rochael, 2020, p. 65). Ferreira Neto (2017) sinaliza que as inadequações nos banheiros das escolas, como as reduzidas dimensões, a impossibilidade de uso (aulas em praças públicas) e a insuficiência de chuveiros, acarretam o desinteresse discente. Os excertos de dois professores são

reveladores e antagônicos quanto à proibição do banho: “Banheiros são dentro da escola e não há possibilidade de os alunos tomarem banho” (Ferreira Neto, 2017, p. 97), e a impossibilidade de higienização no pós-aula: “Em relação ao chuveiro a escola não possui para banho pós-aula prática” (Ferreira Neto, 2017, p. 96).

A sustentação teórica fundamenta-se no materialismo histórico-dialético como teoria filosófica e hermenêutica das Ciências Sociais, que esclarece as políticas educacionais de IE de apoio à EF. Neste contexto, destacam-se autores fundamentais, como Gramsci (2001), Althusser (1980) e Freire (1981, 1987). Os vestiários e banheiros com chuveiros integram o que Gramsci (2001, p. 19) denomina como *graus verticais da escola*. A adequação da IE como centros de excelência em diferentes níveis de formação e desenvolvimento intelectual humano é fundamental: “quanto mais extensa for a ‘área’ escolar e quanto mais numerosos forem os ‘graus’ ‘verticais’ da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado”.

A partir de Althusser (1980), a *infraestrutura* ou base econômica, caracterizada pelas forças produtivas e pelas relações de produção, respectivamente, representa a escola, os professores e a força da classe trabalhadora da educação como uma *tópica* (do grego *topos*: lugar). No contexto da estrutura da sociedade, uma *tópica* constitui um espaço definido, “os lugares respectivos ocupados por esta ou aquela realidade: assim o econômico está *em baixo* (a base) a superestrutura *por cima*” (Althusser, 1980, p. 26). Os *lugares* representados pelo objeto de estudo - vestiários, banheiros e chuveiros - refletem uma *realidade* de IE de apoio à EF que se apresenta oprimida, historicamente precarizada, negligenciada e inadequada.

Pela perspectiva do materialismo histórico-dialético, *lugares* e *realidades* constituem a infraestrutura ou base econômica vilipendiada pela superestrutura, que é essencialmente opressora e dominante (Althusser, 1980; Freire, 1981, 1987). Claramente, Freire (1987) evidencia que essa é uma relação de exploração e imposição, marcada por ações governamentais com forte tendência a políticas neoliberais de austeridade, que prejudicam a população, enfraquecem as políticas educacionais e atacam direitos sociais. Portanto, resistir na luta por direitos e libertar-se da opressão são movimentos que fortalecem o espírito de humanidade. É imprescindível expurgar dos sistemas públicos de ensino esse quadro patológico, opressor, dominante, de insuficiência, precarização e ausência de IE de apoio à EF, orquestrado pelo poder público — a superestrutura (Althusser, 1980). Nesse contexto, Freire (1981, p. 32) adverte que “o papel do trabalhador se desenvolve num domínio mais amplo, no qual a mudança é um dos aspectos”, rumo a um patamar superior — o da *consciência crítica*. Assim, a conscientização ilumina a discussão e combate o *status quo*, que ameaça à liberdade daqueles que ousam modificar a estrutura da sociedade (Freire, 1987).

3 Metodologia

A abordagem investigativa qualitativa (Gibbs, 2009) foi utilizada como referência metodológica. O *lócus* investigativo abrange as cinco escolas públicas municipais dos anos finais do ensino fundamental de Armação dos Búzios-RJ.

Participaram do estudo cinco diretores [Diretor Geral] e cinco professores de EF. Para caracterizá-los, e preservar o anonimato, foram criados códigos de referência: diretores gerais - “DG”; e os professores - “P”, ambos lotados nas

escolas - “E”. O critério de inclusão adotado para os docentes foi *exercer o magistério na escola pesquisada* e ter *maior tempo de serviço* na rede de ensino. Para os diretores escolares, o *acúmulo de funções desempenhadas* (pedagógica, administrativa e de políticas educativas).

Para a recolha dos dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas que resultaram em *documentos - o corpus*. Bardin (2011, p. 126) assim o define: “O *corpus* é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”.

A análise de conteúdo (Bardin, 2011) foi a técnica utilizada para o tratamento dos dados, seguindo três eixos: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados com interpretação. O ordenamento e produção do sistema de categorias (códigos) contou com o suporte do software MAXQDA Analytics Pro Student 2020 (versão 20.4.0).

4 Análise e discussão dos resultados

À luz do materialismo histórico-dialético (Althusser, 1980; Freire, 1981, 1987; Gramsci, 2001) e da epistemologia dos diversos estudos sobre a IE de apoio à EF (Costa, 2015; Batista, 2008; Ferreira Neto, 2017; Rochael, 2020; Mendel, 2023), aprofunda-se a primeira categoria analítica: a *ausência dos vestiários* como IE de apoio à EF. Na segunda categoria, discute-se a *inadequação dos banheiros* e a *insuficiência de chuveiros* como IE à EF. Por fim, a terceira categoria de análise aborda a *cultura escolar do não uso dos vestiários na EF e a proibição*.

Em face do processo final da análise de conteúdo, o Quadro 1 apresenta as categorias resultantes das entrevistas realizadas. Nesta perspectiva, foram produzidas três categorias de conteúdo.

Quadro 1: Categorias produzidas a partir da pesquisa empírica

Categorias	Descrição
Ausência de vestiários	Excertos que demonstram a ausência da IE de vestiários como instalação de apoio à EF.
Insuficiência de chuveiros e inadequação dos banheiros	Frases que caracterizam a insuficiência de chuveiros e a inadequação dos banheiros como fatores indutivos para o não uso dos alunos na EF.
Cultura escolar do não uso dos vestiários e a proibição	Fragmentos que evidenciam a prevalência do fenômeno da cultura escolar do não uso, a subutilização dos vestiários e a proibição do uso de banheiros e chuveiros para banhos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Primeiramente, em relação às diferentes categorias analíticas, os(as) participantes foram inquiridos de diferentes maneiras, ora sobre as condições das *instalações escolares desportivas de apoio e equipamentos* – os vestiários, os banheiros e os chuveiros, ora sobre a manutenção e correção de possíveis inadequações das instalações de vestiários e chuveiros (comodidades associadas) utilizados pela EF (professores e diretores), e por fim, ora sobre a IE necessária ao ensino da EF (os professores).

Em síntese, na sua versão original, a análise de conteúdo das três categorias foi composta por 14 segmentos codificados, distribuídos entre professores (8) e diretores escolares (6).

As cinco (100%) escolas públicas municipais dos anos finais do ensino fundamental de Armação dos Búzios-RJ possuem banheiros dentro da escola. (Portal QEDu, 2024). Os dados sobre a variável *vestiários* são inexistentes, já *banheiro e/ou vestiário com chuveiro* é ambígua (poderia ser desmembrada). (Brasil, 2025). Destarte, as evidências científicas da categoria *ausência de vestiários* estão em desconformidade com o Art. 206 da CF de 1988, que assegura, a partir de princípios já consagrados em lei, uma educação pública com a *garantia de padrão de qualidade* (Brasil, 2018). De fato, parece que o ordenamento jurídico permanece apenas no *papel*, pois, na prática, a superestrutura (Althusser, 1980; Freire, 1981) - o Poder Executivo Municipal, mantém o empobrecimento da IE.

Segundo nós não temos um vestiário, chuveiros para que os alunos possam utilizar. (Professor P-E1)

Acho que toda escola onde eu trabalhei sempre senti falta de vestiário para os alunos trocarem de roupa, até mesmo para voltarem mais calmos para outras disciplinas. Que os professores das outras disciplinas sempre questionam, ah professor eles voltam agitados, voltam suados, sujos e tal, com odor. (Professor P-E2)

Não tem vestiário. (Diretora DG-E2)

Então, ela tem esse problema de banheiro, vestiário, não temos vestiários. (Professor P-E5)

E não temos também o vestiário. (Diretora DG-E5)

E os vestiários que, o aluno não tem acesso a tomar banho, têm os banheiros, mas não vestiários específicos para o banho. (Professor P-E3)

A narrativa de ausência de vestiários em 80% (quatro) das escolas pesquisadas (E1, E2, E4 e E5) - para o uso durante à EF, não está em consonância com os *graus verticais da escola* (Gramsci, 2001). Neste sentido, Silva (2019) identificou vestiários escolares insalubres e inadequados. Esses resultados estão em consonância com Ferreira Neto (2017), que identificou em três das cinco escolas pesquisadas, a *ausência de vestiários* e “[...] são espaços que, quando existem, não cumprem ou cumprem pouco a sua função” (Ferreira Neto, 2017, p. 96). Outras adjetivações, como presença, proibição e subutilização também foram relatadas. Por sua vez, Jeber (1996) encontrou IE antagônicas (adequada, média e desfavorável). Escolas com vestiários de grande porte e com elevada quantidade de chuveiros coletivos (10), com vestiários pequenos (2) e escolas com condições adversas. Já, Mendel (2023), percebeu que a IE ampla de vestiários e banheiros não era responsável pela evasão das aulas de EF, mas, sim, a hegemonia dos conteúdos de ensino. Todavia, Rochael (2020) aponta as dimensões dos vestiários, a insuficiência e ausência de chuveiros como fatores responsáveis pela evasão da EF e agravamento do *fenômeno arquibancada das alunas* (afastamento das aulas).

A categoria *insuficiência de chuveiros e inadequação dos banheiros* apresenta narrativas robustas sobre o empobrecimento das políticas educacionais de IE de apoio à EF. Esses resultados estão alinhados com outros estudos (Batista, 2008; Costa, 2015; Ferreira Neto, 2017; Santos, 2019; Rochael, 2020). Em síntese, 60% das escolas analisadas (três) apresentam inadequações na infraestrutura de

apoio, devido à insuficiência (E2, E5), ausência de chuveiros (E1), dimensões reduzidas e abertura nas portas do banheiro (E2).

Na realidade, os banheiros só têm um chuveiro. E nem sei se é autorizado o uso do chuveiro após aula de educação física. (Professor P-E2)

O banheiro, nós só temos um chuveiro, para todos aqueles alunos, que possam tomar um banho ou ajeitar, antes de ir para a sala. (Diretora DG-E2)

Nós temos o banheiro com chuveiro, só que não é suficiente, então os alunos não utilizam para tomar banho na escola, não dá. (Diretora DG-E5)

Quando em dias mais quentes, no banheiro, tem um chuveiro (Professor P-E5)

Agora, em termos de banheiro, hoje, não é suficiente. Chuveiro não temos funcionando. (Diretora DG-E1)

Porque é aquilo que eu estou falando para você: o banheiro, ele é pequeno. Não têm condições de todo mundo tomar banho ao mesmo tempo. Só tem um chuveiro. Então é inadequado. A porta do banheiro de geral, ela é aberta. Só nos boxes que têm as portas. Então também, até para trocar de roupa. Não é legal. É constrangedor. É uma parede de meia fase. Então é complicado. (Diretora DG-E2)

Os excertos apontam uma *realidade* escolar oprimida, explorada e abandonada (Freire, 1987). Neste sentido, a inadequação dos banheiros e a insuficiência de chuveiros pertencem a um contexto maior da educação pública — a *infraestrutura ou base econômica*, que, segundo Althusser (1980), representam uma *tópica* — lugares definidos por determinadas *realidades*.

Costa (2015) alerta que a insuficiência de chuveiros, a depredação (boxes e portas danificadas), desativação e a subutilização dos banheiros dos vestiários das escolas, resultam da precarização devido à ausência de manutenção. Para Batista (2008), a inadequação dos banheiros insalubres é uma forte evidência do desapreço do poder público pela comunidade escolar, que está em baixo, na base, a *infraestrutura* (Althusser, 1980). Nesta perspectiva, Santos (2019) percebeu a inadequação de banheiros e chuveiros — a DG-E2 revela que os alunos enfrentam constrangimentos para trocar de roupa — um entrave para a implementação da educação em tempo integral. Rochael (2020), infere que a ausência de infraestrutura nos banheiros (chuveiros e dimensões) geram insegurança e comprometem a privacidade das alunas. Ferreira Neto (2017) salienta que as inadequações nos banheiros das escolas, associadas à insuficiência de chuveiros e as aulas em praças públicas, impossibilitam o uso de banheiros e acarretam o desinteresse discente pela EF.

Por fim, as evidências científicas da categoria *cultura escolar do não uso* dos vestiários e a *proibição* do banho dos alunos no pós-aula de EF, são fatos que merecem registros. Esses resultados alinharam-se à outras pesquisas (Costa, 2015; Ferreira Neto, 2017; Oliveira, 2020; Silva, 2021). Apenas a E3 (20%) referiu ter vestiário. No entanto, o DG-E3 destaca a sua inutilização por falta de uso. A

proibição do uso do chuveiro (e do banho) foi identificada em 80% das escolas (E1, E2, E3 e E5).

[...] o aluno as vezes quer tomar um banho e não pode. (Professor P-E1)

Acho que a única vez que o aluno usou, foi suspenso. Mas não porque usou o chuveiro em si, mas porque deixou o espaço todo molhado. Talvez, seja proibido hoje por causa disso, que é um chuveiro para todo mundo. (Professor P-E2)

Tem um chuveiro, mas, não é utilizado para banhos constantes. Mas, não é muito comum, não é uma coisa que faça parte da rotina dos alunos esse banho em educação física. (Professor P-E3)

Mas aí eles não podem usar porque ninguém usa depois. A água suja o banheiro todo, então não tem como, é proibido. Aí fica difícil. (Professor P-E5)

Ah, a realidade é precária. [...] tomar um banho, depois da educação física, inviável, não temos. (Diretora DG-E1)

Como eu já falei antes, vestiário e chuveiro estão interditados, justamente por causa da falta de uso. (Diretor DG-E3)

Em relação aos vestiários eu acho que na própria visão geral é uma coisa que vai acabar trazendo o próprio transtorno para você no funcionamento geral. Não tem essa visão estrutural que nós sabemos que é importante. (Professor P-E3)

Agora, a escola tem até um vestiário, só que já está inutilizado há muitos anos. Isso aí, por experiência, desde que eu vim aqui para Búzios, eu estava acostumado a trabalhar no Rio de Janeiro e vestiário é uma coisa muito utilizada. Eu dei aula muitos anos e a gente sabe que os quinze minutos finais são para higiene pessoal, tomar banho, trocar de roupa. E eu verifiquei, desde que eu cheguei aqui em Búzios, mesmo escola com vestiário, que não tinha essa cultura. Os alunos estão acostumados a fazer a aula e do jeito que está, sujo, suado ou não, ele retorna para a sala de aula. Então algumas escolas que eu trabalhei aqui, que tinham vestiário, eles acabaram virando depósito justamente por falta de utilização. (Diretor DG-E3)

Em suma, adjetivações como interdição, inutilização, proibição e transtorno, decorrem prioritariamente da ausência, insuficiência e consolidação de uma *cultura escolar do não uso* dos vestiários e/ou banheiros com chuveiros. Como relatado pelo P-E3, não faz parte da rotina da EF. Logo, quando essa IE de apoio é utilizada, tende a prevalecer a narrativa de *transtornos* (P-E2, E3, E5). Contudo, após as aulas de EF, os pisos dos banheiros, vestiários e boxes convivem com a sujeira e umidade (locais molhados), necessitando de limpezas periódicas. Portanto, o estímulo à utilização desses espaços escolares passa pela percepção de segurança dos alunos. A tentativa de resolução deste problema é político-administrativa, depende da solicitação da escola e do envio da Secretaria Municipal de Educação (Semed) de mais recursos humanos — equipe de limpeza (para a manutenção) e de inspetores de alunos (para a supervisão) desses espaços durante o banho, troca de roupa e uniforme. Em segundo lugar, faz-se necessário ampliar a

infraestrutura física de vestiários e banheiros para maior conforto e estímulo, posto que as dimensões reduzidas (Costa, 2015; Ferreira Neto, 2017; Mendel, 2023) agravam o afastamento das aulas (Rochael, 2020).

Os apontamentos sobre a proibição de banho nas aulas de EF (professores) estão em consonância com Oliveira (2020), que percebeu o antagonismo entre a permissão e a proibição do banho baseava-se na precarização. Por outro lado, os excertos comprovam a teoria de *uma cultura nas escolas de não utilização dos vestiários e chuveiros* (professores e diretores). Esses resultados são compatíveis com a literatura (Costa, 2015; Ferreira Neto, 2017; Silva, 2021). Costa (2015), percebeu que esse fenômeno se fundamentava na precarização e ausência de manutenção nos vestiários. Silva (2021) identificou a subutilização e a desativação da IE de vestiários, em depósito de material de limpeza. Nesse aspecto, Ferreira Neto (2017) ressalta a proibição e subutilização dos vestiários em depósito, devido à não utilização durante as aulas de EF, realizadas em praça pública. Os Censos Escolares 2019 e 2023 informam, respectivamente, que o item *banheiro* está presente em 95,4% das escolas municipais brasileiras de ensino fundamental (Brasil, 2020) e 100% das escolas públicas municipais dos anos finais do ensino fundamental de Armação dos Búzios-RJ (Portal QEDu, 2024). Contudo, não há clareza quanto à funcionalidade desses banheiros, se possuem chuveiros ou se estão em vestiários. Não há informações sobre a IE de apoio à EF, como vestiários e de banheiros com chuveiros. Portanto, o materialismo histórico-dialético emerge em defesa dos *graus verticais da escola* e da ampliação de sua infraestrutura (Gramsci, 2001), representando resistência na luta por direitos, pelo fim da opressão e consolidação do espírito de humanidade (Freire, 1987). Além disso, uma abordagem *tópica* (Althusser, 1980) adequada de IE de apoio à EF — vestiários, banheiros e chuveiros — é fundamental. Assim, Freire (1981) reforça a necessidade de mudança e aniquilação deste *status quo* opressor e dominante; para isso, são essenciais a hermenêutica dessa estrutura social e a compreensão da consciência crítica.

5 Considerações finais

Primeiramente, sublinha-se o ineditismo e pioneirismo do presente artigo, pois não foram encontrados na literatura estudos que discutissem a temática das *políticas educacionais de IE de apoio* - vestiários, chuveiros e banheiros, em relação à EF.

Recorda-se que o objetivo do presente artigo foi avaliar a política educacional de IE de apoio à EF (os vestiários, chuveiros e banheiros) das unidades públicas municipais dos anos finais do ensino fundamental de Armação dos Búzios-RJ. Neste sentido, em resposta à questão de pesquisa e ao objetivo geral formulados, infere-se e avalia-se a política educacional de IE de apoio à EF como inadequada, ausente e insuficiente. As evidências revelaram, majoritariamente, que 80% das escolas registram a *ausência de vestiários* e adotam, nas práticas pedagógicas de EF, o fenômeno da *cultura escolar do não uso de vestiários e dos banheiros com chuveiros*. Por fim, identificou-se que 60% das escolas revelam a inadequação dos banheiros por meio da *insuficiência e proibição do uso dos chuveiros*.

Por fim, infere-se que os atores educacionais diretamente responsáveis pelas políticas públicas educacionais, notadamente, o Poder Executivo Municipal (a

Semed), devem coordenar as ações de provisão, de correção e de manutenção da IE de apoio de vestiários, banheiros e chuveiros nas escolas. Conjuntamente, a administração educacional, por meio das ações diretivas nas escolas, deve solicitar à Semed mais recursos humanos (auxiliar de serviços gerais), seja para auxiliar na limpeza ou na manutenção da IE de apoio à EF. A permanência de ações diretivas proibitivas de utilização dos chuveiros e banhos dos(as) alunos(as) não coaduna com o princípio e a garantia de qualidade na educação pública e viola direitos humanos. A clareza e a contundência dos resultados indicam que as escolas não possuem vestiários. Enquanto isso, sob a justificativa do não uso dos vestiários e dos banheiros com chuveiros (comodidades associadas), tem prevalecido em algumas escolas a tese de subutilização de vestiários (em depósitos), indo em direção a um movimento contraprodutivo de desvalorizar os cuidados pessoais, com a higiene e a saúde corporal. Comportamentos e valores que deixam de ser incorporados na rotina escolar e na vida dos(as) alunos(as) devido à ineficiência da educação pública, decorrente do desmantelamento e do empobrecimento da IE de apoio à EF.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- ALVES, Maria T.; XAVIER, Flavia. P. Indicadores multidimensionais para avaliação da infraestrutura escolar: o ensino fundamental. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 48, n. 169, p. 708-746, jul./set. 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BATISTA, Paulo Henrique. **Trabalho e saúde dos professores de educação física nas escolas municipais do Rio de Janeiro**. 2008. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República: Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2014.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2018.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2019**: notas estatísticas. Brasília, 2020.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2024**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em: 21 abr. 2025.
- COSTA, André Justino dos Santos. **O espaço em escolas públicas municipais de Florianópolis e sua implicação nas escolhas curriculares de professores de Educação Física**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- DAMAZIO, Márcia S.; SILVA, Maria F. P. O ensino da Educação Física e o espaço físico em questão. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 189-196, 2008.

FERREIRA NETO, Rubem Barboza. **O reflexo da infraestrutura escolar nas aulas de educação física no ensino fundamental.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico do Porto, Porto, 2017.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

JEBER, Leonardo José. **A educação física no ensino fundamental:** o lugar ocupado na hierarquia dos saberes. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

MENDEL, Marcelo Moura. **Além do “quarteto fantástico”:** a diversificação dos conteúdos de educação física por meio de um planejamento participativo. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

OLIVEIRA, André Luiz Cyrino. **Corpo em movimento no ensino médio:** o contexto das escolas estaduais de Fortaleza participantes no Programa Ensino Médio inovador. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação/CAED, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

PORTAL QEDU. **Armação dos Búzios.** Censo Escolar 2023, INEP. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/3300233-armacao-dos-buzios/>. Acesso em: 12 set. 2024.

ROCHAEL, Carolina Mezzetti de Freitas. **O fenômeno arquibancada:** análise do afastamento das meninas nas aulas de Educação Física do Ensino Médio em uma escola na rede estadual de Minas Gerais. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Física Escolar) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

SANTOS, Clairton Lourenço. **Política estadual de educação em tempo integral:** implementação em uma escola de ensino médio do Ceará. 2019. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

SCHERER, Alexandre. **O conhecimento pedagógico do professor de educação física na escola pública da rede estadual de ensino e sua relação com a prática docente.** 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

SILVA, José Rodolfo Lopes da. **Seja homem de verdade!:** (Re)constituindo masculinidades numa escola de cidade pequena e do interior. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

SILVA, Valdete Maria da. **Processo de implementação da educação de tempo integral na Escola Municipal Professor Ubiraci Carvalho.** 2021. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

SOARES NETO, Joaquim J.; JESUS, Gislene R.; KARINO, Camila A.; ANDRADE, Dalton F. Uma escala para medir infraestrutura escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, jan./abr. 2013.

UNESCO. **Qualidade da infraestrutura das escolas públicas do ensino fundamental no Brasil.** 2019. UNESCO, 2019.

Informações complementares

Financiamento

Não se aplica.

Contribuição de autoria

Concepção e elaboração do manuscrito: Rubem Barboza Ferreira Neto.

Coleta de dados: Rubem Barboza Ferreira Neto.

Análise de dados: Rubem Barboza Ferreira Neto.

Discussão dos resultados: Rubem Barboza Ferreira Neto.

Revisão e aprovação: Rubem Barboza Ferreira Neto.

Preprint, originalidade e ineditismo

O artigo é original, inédito e não foi depositado como *preprint*.

Verificação de similaridades

O artigo foi submetido ao iThenticate, em 9 de maio de 2025, e obteve um índice de similaridade compatível com a política antiplágio da revista Pesquisa e Debate em Educação.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) / Hospital Universitário Pedro Ernesto. Certificado de Apresentação de Apreciação Ética - CAAE: 25614219.8.0000.5259). O número do parecer: 3.706.948 foi aprovado em 14 de novembro de 2019.

Conflito de interesse

Não há conflitos de interesse.

Conjunto de dados de pesquisa

Não há dados disponibilizados.

Utilização de ferramentas de inteligência artificial (IA)

Este artigo não contou com auxílio de ferramentas de inteligência artificial (IA) para redação de nenhuma das seções.

Licença de uso

Os autores cedem à Revista Pesquisa e Debate em Educação os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY\) 4.0 International](#). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Publisher

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Faculdade de Educação (FACED), Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP). Publicação no Portal de Periódicos da UFJF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Editor

Frederico Braida

Editores convidados

Antonio Colchete (UFJF)

Daniel de Carvalho Moreira (UNICAMP)

Doris C. C. K. Kowaltowski (UNICAMP)

Klaus Chaves Alberto (UFJF)

Larissa Negris de Souza (UFMG)

Formato de avaliação por pares

Revisão duplamente cega (*Double blind peer review*).

Sobre os autores

Rubem Barboza Ferreira Neto

Graduado em Educação Física (UVA). Especialista em Educação Física Escolar (UCP). Mestre em Estudos Profissionais Especializados em Educação – Especialização em Administração das Organizações Educativas (IPP-ESE). Doutor em Educação (USC). Professor da Educação Básica vinculado à Secretaria Municipal de Educação (SEMED) - Armação dos Búzios-RJ e Macaé-RJ. Membro do Grupo Internacional de Pesquisas em Políticas, Práticas e Gestão da Educação (GIPPPGE) da Universidade de Pernambuco (UPE), Guaranhuns, Pernambuco-PE. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5859186085852970>